

MEIO SÉCULO DE EXTREMOS: A EUROPA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

KERSHAW, Ian. **De volta do inferno: Europa, 1914-1949**. Tradução Donaldson M. Garschagen, Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

José Airton Ferreira da Costa Júnior

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor temporário do curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE). E-mail: golturbogti_01@hotmail.com

MEIO SÉCULO DE EXTREMOS: A EUROPA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A HALF CENTURY OF EXTREMES: EUROPE IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

José Airton Ferreira da Costa Júnior

RESUMO

De volta do inferno é a publicação mais recente no Brasil do historiador Ian Kershaw. O presente livro traz como proposta uma análise mais ampla dos acontecimentos que tiveram lugar no continente Europeu entre 1914 e 1949.

PALAVRAS-CHAVE: De volta do inferno; Ian Kershaw; Resenha.

ABSTRACT

The most recent publication in Brazil by historian Ian Kershaw. This book proposes a broader analysis of the events that took place on the European continent between 1914 and 1949.

KEY WORDS: Back from hell; Ian Kershaw; Review

De volta do inferno é a publicação mais recente no Brasil do historiador Ian Kershaw. O presente livro traz como proposta uma análise mais ampla dos acontecimentos que tiveram lugar no continente Europeu entre 1914 e 1949. Outra peculiaridade: esta produção constitui a primeira parte, de duas no total, cujo objetivo é compreender a trajetória da Europa ao longo do século XX e início do século XXI. *De volta do inferno* também é o primeiro título da coleção “História da Europa Penguin” (*The Penguin History of Europe Series*, no original) publicado no Brasil.

Ao todo foram elaborados oito títulos dessa coleção, publicados originalmente em língua inglesa, desenvolvendo distintas interpretações a respeito da história Europeia. A coleção centrou suas atenções na compreensão de inúmeros processos culturais, econômicos, históricos e sociais ocorridos em diferentes regiões e temporalidades, buscando apresentar ao leitor, como resultado final de cada trabalho, concepções distintas de “Europa”, todas elas historicamente delimitadas.

De volta do inferno contabiliza ao todo dez capítulos. No decorrer de oito capítulos o autor nos apresenta diferentes fenômenos ocorridos dentro do recorte que compreende a análise. Tais fenômenos perpassam o contexto europeu de fins do século XIX até o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, a construção da democracia no pós-guerra, as crises econômicas do entre guerras, as vanguardas artísticas e as transformações culturais da sociedade europeia como um todo.

Já os dois últimos capítulos do livro possuem perfis significativamente distintos dos anteriores. O nono capítulo procura estabelecer uma conclusão geral de tudo o que vinha sendo discutido anteriormente através de uma análise em perspectiva. As respectivas permanências e rupturas em relação às temáticas do mundo do trabalho, população, economia, pensamento intelectual, papel das crenças religiosas na Europa são apresentados ao leitor tomando em consideração a duração temporal de quase meio século. O último capítulo, por seu turno, busca compreender o início do processo de reconstrução do continente e quais

foram os projetos que foram delineados para o continente a partir de 1950, servindo como prévia do segundo volume.

Como ponto de partida Ian Kershaw busca estabelecer o objeto a ser analisado: a Europa. Para o historiador é mais proveitoso refletir através de uma perspectiva plural e perceber as distintas “Europas”. Estas compreenderiam três grandes regiões: a Europa “Ocidental”, composta pelos territórios mais a Oeste do continente juntamente com a Grã-Bretanha; a Europa “Central”, que compreendia o Império Alemão, a Áustria-Hungria e parte dos Balcãs; e a Europa do “Leste”, região composta, sobretudo, pelo Império Tzarista e suas possessões. De forma geral, cada uma dessas macrorregiões desenvolveram dinâmicas próprias que as tornaram distintas de suas congêneres. Nesse sentido, ao pensarmos através dessa perspectiva podemos compreender melhor os motivos pelas quais os mesmos fenômenos acabaram produzindo efeitos bastante distintos de acordo com a região em que se manifestaram.

Após a delimitação do objeto o autor volta sua atenção para as disputas hegemônicas no continente entre o fim do século XIX e começo do século XX. Diferentemente de trabalhos anteriores, cujas interpretações destacaram a lentidão e desencontros diplomáticos entre as potências europeias, resultando na I Guerra Mundial, Kershaw nos apresenta outra perspectiva cujos principais “atores” foram os Impérios Russo e Alemão. Esses últimos foram decisivos na transformação de um episódio cuja reverberação inicial alcançaria, no máximo, contornos regionais em algo que arrastou todo o continente, suas possessões e outros Estados num conflito de escala global. De acordo com o autor, o desejo de se tornar a principal força dentro do continente pelos já referidos Impérios são importantes para compreendermos as escolhas e decisões tomadas que culminaram na guerra. No caso dos alemães é interessante destacar a percepção de alguns políticos de que a possibilidade da Alemanha vir a se tornar a “senhora” da Europa estaria sempre ameaçada pelos franceses e russos. Desse modo, era preciso derrotar esses inimigos em potencial antes que os mesmos viessem a dispor dos meios necessários para superar a Alemanha. Assim a guerra era uma possibilidade bastante real dentre as opções políticas disponíveis aos homens de Estado. Além disso, a perspectiva da guerra não era apenas uma possibilidade alemã, mas fazia parte do horizonte político das principais forças europeias nesse contexto. Um eventual conflito se tornava viável pela crença e experiência de

que a capacidade industrial foi capaz de encurtar a duração dos conflitos. Diferentemente de interpretações mais consolidadas, nas quais a capacidade industrial teria um efeito de dissuadir os inimigos em potencial, o trabalho de Ian demonstrou justamente o contrário.

Em relação à Primeira Guerra Mundial, Ian Kershaw nos apresenta algumas considerações interessantes. Uma primeira questão diz respeito à imagem consolidada de que o conflito de 1914 a 1918 foi majoritariamente um conflito estático, cuja principal representação seria a imagem de uma “guerra de trincheiras”. Tal afirmação pode ser válida para a porção ocidental do continente, mas em relação as regiões central e oriental o que se observou ao longo de praticamente quatro anos de conflagração foi uma dinâmica muito maior dos movimentos de tropas, levando a grande devastação decorrente às sucessivas e distintas ocupações militares. Outra mudança significativa foi o papel cada vez maior do Estado em diversas esferas da vida cotidiana. As medidas de racionamento, controle e organização da mão de obra, restrição de informações dentre outras ações forçaram o Estado a ampliar suas capacidades de ação e a exercer um nível de interferência nunca antes visto. Essa expansão do Estado foi essencial para acolher as viúvas, órfãos e veteranos de guerra (fisicamente ou psicologicamente inválidos) nas instituições de assistência social criadas justamente para esse fim, uma vez que a quantidade daqueles era vultosa e somente a coordenação através do Estado poderia mitigar a situação em que os mesmos se encontravam.

A construção da democracia também foi um dos assuntos de que o autor buscou se ocupar. Para o mesmo tal processo esteve ligado de diferentes formas a experiência da guerra, assim a “primeira” onda democrática europeia não foi uma consequência das imposições contidas nos acordos responsáveis pelos armistícios do final da guerra de 1914-1918. De acordo com Kershaw deve-se ter em mente que a maior parte dos europeus vivia, antes da guerra, em regimes políticos não democráticos de participação social limitada. No decorrer do conflito a intervenção do Estado em diversas esferas da vida dos seus cidadãos aumentou consideravelmente como vimos acima anteriormente, sendo mais sensível nas regiões da Europa central e oriental. Nessas últimas, o final da guerra juntamente com a derrota e as cláusulas estabelecidas nos acordos de paz foi decisivo para a crise de legitimidade dos sistemas políticos vigentes. Pressões populares por maior participação política manifestaram-se em forma de protestos e greves e foram responsáveis pela derrubada dos sistemas

monárquicos nessas regiões, além de contribuírem para a atmosfera revolucionária que vinha se constituindo desde o período da guerra. Esse foi o contexto no qual teve início o processo de construção da democracia no imediato pós-guerra.

Ironicamente essa experiência prévia dos europeus foi decisiva para o próprio fracasso dos sistemas democráticos, cujos exemplos mais sensíveis ocorreram nos Estados criados nas regiões da Europa central e oriental logo após a guerra. No decorrer das décadas de 1920 e 1930 (década por “excelência” dos ditadores e ditaduras) a novidade representada pelos debates, análises e geração de consensos entre as diferentes forças políticas (partidos “cristãos”, partidos socialistas, partidos camponeses, partidos comunistas, sociais democratas, partidos com remanescentes da aristocracia) acabava gerando entraves na administração pública não conseguindo solucionar grande parte dos problemas enfrentados pelos cidadãos. Além das questões referentes à vida política em si, os novos regimes democráticos tiveram o desafio de lidar com a crise econômica do pós-guerra. A desvalorização das moedas nacionais, os elevados índices de inflação e, posteriormente, processos deflacionários geraram um enorme caos na política econômica em todo o continente. Somaram-se a isso as altas taxas de desemprego, a falta de moradia, redução das atividades agrícolas e industriais também experimentados por toda a Europa.

A percepção referente à morosidade da democracia ou que a mesma não seria o modelo mais adequado para lidar com esses problemas passou a ser difundida tanto pelos antigos detentores do poder quanto por novos atores que emergiam na esfera pública. Ambos passaram a unir esforços na defesa de regimes políticos nos quais a população deveria abrir mão de sua participação na vida pública em prol de um governo “forte”, centrado da figura de um chefe de governo igualmente austero e acima de disputas partidárias, concentrando em si mesmo todas as soluções para os problemas nacionais. De acordo com o autor, o triunfo das ditaduras pode ser explicado pela experiência anterior dos europeus em legitimar governos cujas características, em parte, podiam ser encontradas nesses novos regimes.

Por fim, vale a pena destacar as diferenças que o autor apresentou em relação às três principais ditaduras do período: o Stalinismo Soviético; o Fascismo Italiano e o Nacional-Socialismo Alemão. No caso do Stalinismo o historiador ressalta como a estrutura burocrática construída para o processo de industrialização forçado ao longo da década de 1920 permitiu

com que o partido comunista pudesse dispor dos mecanismos do Estado para coagir a população em diferentes graus e aos poucos fosse dando legitimidade a construção da figura de Stalin (naquilo que ficou conhecido como culto à personalidade). Aqui o partido havia transcendido o próprio Estado. Em relação ao fascismo italiano o autor destaca a seguinte ironia: o regime fascista era o único que se proclamava “Totalitário”, mas na prática o Estado Italiano nunca se submeteu ao partido fascista. Na verdade Mussolini nunca chegou de fato a exercer nenhum controle mais efetivo nas principais instâncias do Estado (judiciário, parlamento, forças armadas). As diferentes instituições aproveitaram-se do discurso fascista para eliminar opositores que pudessem por em risco o status quo existente, utilizando-se do partido fascista como um meio para tal fim. Já o Nacional-Socialismo Alemão foi uma simbiose entre o partido e a estrutura de Estado. As políticas implementadas pelo Terceiro Reich Alemão estavam em sintonia com o programa do partido nacional socialista dos trabalhadores alemães (NSDAP). Além disso, diferente dos regimes anteriores a imagem de Adolf Hitler não necessitava de um processo de construção ou de outras bases de legitimidade, pois desde a década de 1920 o futuro “führer” já era identificado como a personificação do nacional-socialismo e como o líder forte capaz de promover as transformações necessárias na Alemanha.

Deixando de lado as discussões políticas, o autor nos apresenta uma análise interessante em relação às vanguardas artísticas e as transformações culturais que tiveram lugar no continente no decorrer das décadas de 1920 e 1930. Segundo Kershaw as manifestações artísticas desse período tomavam para si a tarefa de propor um mundo novo, aspiravam ao revolucionário, tanto as que partilhavam de concepções políticas mais a esquerda quanto àquelas que exaltavam o fascismo. O ponto interessante dessa análise sobre tal fenômeno é justamente perceber que o alcance das proposições de ambos foi algo muito limitado, diferentemente do peso que interpretações lhes haviam conferido. Para o historiador o que realmente teve grande alcance junto à população foram as novas formas de entretenimento, destacando-se o cinema. Nesse período podemos observar um enorme aumento na construção de salas de projeção em todo o continente, mesmo durante os períodos de recessão econômica. Além disso, essa popularização do cinema junto à sociedade foi explorada, especialmente na década de 1930, como uma grande ferramenta de propaganda,

especialmente dos regimes autoritários. Os aparelhos radiofônicos também foram outra novidade a modificar os padrões europeus de consumo de materiais artísticos além do cotidiano e as formas pelas quais aqueles sujeitos históricos passaram a se relacionar com os seus respectivos governos.

Outra questão pertinente na análise do historiador britânico diz respeito à questão dos judeus. A atitude para com a população judaica variou de acordo com a região da Europa na qual eles se encontravam. Na parte ocidental do continente as comunidades de origem judia encontravam-se assimiladas a mais tempo, além disso, o processo de construção dos Estados Nacionais, bem como as questões ligadas a nacionalidade, dessa parte do continente já remontava a quase um século e não era uma questão sensível para aquelas sociedades em meados do século XX. Assim sendo, os judeus nessas regiões não representavam um “problema” nacional e praticamente não se diferenciavam do restante da sociedade. Entretanto para a Europa Central e Oriental a situação era diferente.

Na parte oriental, especialmente naquela que compreendia o Império Tsarista, a população judia passou a ser cada vez mais alvo dos “pogroms” (termo de origem russa que ficou associado às perseguições violentas contra a população judaica), sendo acusada, por parte do Estado, de conspirar contra a monarquia Russa ou de explorar as populações locais (pois havia um número significativo de judeus ocupando funções administrativas no Império dos Romanov). Na região central do continente a população judaica também sofria discriminações semelhantes àsquelas existentes no Império Tsarista, especialmente os que faziam a correlação da figura do judeu com funcionários estatais exploradores das sociedades locais. Entretanto não havia a mesma hostilidade e episódios mais constantes dos “pogroms” contra esses indivíduos e em algumas regiões como, por exemplo, o Império Alemão, grande parte dos judeus estava bem integrada à população.

Para o autor, a guerra promoveu uma transformação no que diz respeito as relações para com os judeus europeus. Ao término do conflito a figura do “judeu” (enquanto uma idealização) ganhou uma “plasticidade” não observada em nenhum período anterior na História. A partir de então o judeu passou a ser culpado pela falta de trabalho, pelas epidemias, pela fome, pelo mau desempenho nas colheitas. Essa maleabilidade em relação a figura do “judeu” foi bastante explorada pelos movimentos de extrema direita, pois o “judeu”

era sempre o “bode expiatório” para qualquer tipo de problema que se apresentasse. Com o agravamento da crise econômica isso se tornou ainda mais recorrente e com a união entre propaganda e políticas de governo de determinados Estados da Europa Central abriu-se a possibilidade, que veio a se concretizar a partir da segunda metade da década de 1930, da eliminação física da população judaica, com o consenso de grande parte da população desses países.

Quando o autor analisa o novo processo de democratização pelo qual o continente europeu estará novamente envolto, após o término da Segunda Guerra Mundial, duas considerações do mesmo são dignas de nota. A primeira diz respeito ao papel relevante assumido pelas instituições religiosas, algo muito semelhante ao que ocorreu no período posterior a Primeira Guerra Mundial, em partes da Europa Central e Ocidental. Após 1945, as organizações partidárias cristãs conseguiram aglutinar em torno de si contingentes consideráveis das populações europeias. Muito disso se deveu pelo discurso mais alinhado com pautas reformistas e pertencentes aos partidos de direita tradicionais, postos na marginalidade ou simplesmente dissolvidos com o advento dos regimes autoritários na década anterior. Importante salientar, como lembra o autor, que boa parte do continente possuiu governos com esse perfil mais a direita ao longo da década de 1920 e meados da década de 1930, o que ajuda a explicar pela opção social por esses projetos de governo. A URSS também estimulou a construção de regimes democráticos nas regiões que passaram a estar em sua zona de influência. Entretanto, com os prognósticos demonstrando que as seções locais dos partidos comunistas não venceriam os pleitos Moscou interferiu para garantir a vitória daqueles no intuito de garantir sua hegemonia na região, promovendo um endurecimento progressivo.

A segunda está relacionada ao fato de antigos colaboradores e membros dos regimes autoritários terem sido reinseridos em alguns partidos políticos e figuraram em cargos expressivos dos novos Estados, o que permitiu ao historiador trazer, de forma sucinta, a discussão em relação até onde foi possível promover a “desnazificação” ou “desfascização” de grande parte do continente. Na parte ocidental do continente isso foi bem mais significativo, pois os julgamentos dos colaboradores dos regimes autoritários acabaram condenando a morte somente as figuras mais proeminentes e condenando outros partícipes a

diferentes penas (que posteriormente vieram a resultar em indultos). Nas regiões sob ocupação do exército vermelho, as figuras mais proeminentes dos antigos regimes ditatoriais foram sumariamente eliminadas no decorrer da ocupação soviética e os partícipes intermediários e inferiores foram muitas vezes alvos de linchamentos populares. Contudo, passado algum tempo, esses indivíduos foram “recrutados” para exercer determinadas funções no Estado. Para Kershaw essa situação pode ser explicada pela difícil tarefa de tentar reeducar a quase totalidade da população do continente. Além disso, havia a necessidade de dispor dos próprios europeus para o processo de reconstrução do continente e por fim, mas não menos importante, a formação de uma nova conjuntura de hostilidade, que viria a se materializar naquilo que ficou conhecido enquanto “Guerra Fria”, fez com que tanto os americanos e ingleses quanto soviéticos necessitassem dispor dos “serviços” e da mão-de-obra “especializada” de determinadas figuras dos regimes autoritários.

A conclusão geral em relação ao livro é a de que o mesmo possuiu algumas limitações, pois determinadas discussões não chegam a ser desenvolvidas de forma mais profunda, mas não há trechos exaustivos de pura descrição factual de determinados acontecimentos. Ao longo da leitura não há a utilização de rodapés que facilitem ao leitor a consulta das fontes e bibliografia utilizadas pelo autor. Esses problemas são inerentes à própria estrutura do projeto editorial da *The Penguin History of Europe Series*, pois havia uma limitação referente à estrutura de cada um dos volumes a serem publicados (cada livro deveria possuir tanto o perfil de “manual” sobre a história europeia quanto o de um trabalho de referência para o campo mais específico da história, atendendo assim, respectivamente, as expectativas do público leitor mais amplo bem como daquele mais especializado). Apesar disso tudo, o produto final resultou em um trabalho de grande qualidade, que aliou a utilização de diferentes vestígios da experiência dos sujeitos históricos do período com a ampla bibliografia disponível sobre diversas temáticas relativas à Europa do século XX, permitindo novas perspectivas em relação a questões anteriormente abordadas, resultado das produções e debates mais recentes na historiografia sobre o período, bem como em relação a novas possibilidades de pesquisa.

Resenha recebida em outubro de 2022. Aprovado em novembro de 2022.